SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

EQUIPE DE CONCURSOS - USI/DSP/SMAP

EDITAL DE ABERTURA 046/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

PROCESSO Nº 26.0.000071242-5

ANEXO II – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações e atualizações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação deste Edital de Abertura.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constitucionalismo e Direitos Fundamentais. Noções de Teoria da Constituição e do Direito Constitucional. Objeto. Métodos. Normas constitucionais. Princípios constitucionais. **2.** Interpretação, integração, aplicação e lacunas do Direito Constitucional. Direito Constitucional e Constituição. Classificações das Constituições - critérios. História Constitucional, inclusive no Brasil, e origens das constituições. Fontes do Direito Constitucional. **3.** Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais em espécie. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **4.** Organização do Estado, federação e poderes. A Federação Brasileira. As competências dos entes federados e os critérios de classificação. Os Municípios na Constituição. **5.** Os bens públicos na Constituição. **6.** Organização dos Poderes. Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário. Processo Legislativo. Funções essenciais à Justiça. **7.** Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Os Tribunais de Contas. Administração Pública. Princípios gerais. **8.** Da ordem econômica e financeira. Noções de Ordem Social. Saúde e Educação. Política Urbana. Plano Diretor. Meio Ambiente. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **9.** Processo Constitucional. Teoria do Controle da Constitucionalidade. Modelo de controle da Constitucionalidade no Brasil. Ações diretas: Ação direta de inconstitucionalidade - ADIN, Ação declaratória de constitucionalidade - ADC e Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF. **10.** Ações de proteção de direitos fundamentais: mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular, habeas corpus. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **11.** Direito fundamental de acesso à informação, proteção de dados pessoais, transparência pública e publicidade administrativa. Constituição Federal, Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados aplicadas à Administração Pública. **12.** Município na Constituição. Posição constitucional do Município brasileiro, autonomia municipal, interesse local, competências constitucionais do Município, Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e estrutura política municipal, com Poder Executivo e Poder Legislativo municipais. **13.** Processo legislativo e controle de constitucionalidade em âmbito municipal. Iniciativa reservada, sanção, veto, promulgação, controle de juridicidade de projetos de lei, inconstitucionalidade de lei municipal, representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça e incidentes de arguição de inconstitucionalidade. **14.** Constituição, políticas públicas e jurisprudência em matéria municipal. Municipalização de políticas públicas, saúde, educação, assistência social, mobilidade urbana, acessibilidade universal, criança e adolescente, trânsito, política urbana, Estatuto da Cidade, regularização fundiária, participação popular e decisões do STF com repercussão geral em matéria municipal. **15.** Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 e suas atualizações (Lei Maria da Penha). **16.** Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

prefeitura de PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

EQUIPE DE CONCURSOS - USI/DSP/SMAP

EDITAL DE ABERTURA 046/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

PROCESSO Nº 26.0.000071242-5

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Direito Administrativo. Princípios explícitos e implícitos. Interpretação. Tendências contemporâneas. Interesse Público. 2. Discricionariedade. Conceito. Limites. Controle de legalidade. Desvio de poder. Razoabilidade e proporcionalidade. Conceitos jurídicos indeterminados. **3.** Ato administrativo. Noções gerais. Elementos. Características. Classificação. Desfazimento: anulação e revogação. **4.** Organização administrativa. Noções gerais. Descentralização e Desconcentração. Órgãos Públicos. Administração direta e indireta. Pessoas administrativas: pessoas políticas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e outras entidades privadas delegatárias. Subsidiárias. Participação estatal minoritária em sociedade privada. **5.** Agentes públicos. Agentes políticos. Servidores públicos. Empregados públicos. Funções públicas. Cargos em comissão e funções de confiança. Regime constitucional dos agentes públicos: formas de provimento, direitos, deveres, vantagens e responsabilidade. Lei Complementar Municipal 133/1985: direitos, deveres e vantagens do servidor público municipal. **6.** Terceiro Setor. Lei 13.019/2014. Organizações da Sociedade Civil. Serviços sociais autônomos. Termos de fomento, termos de colaboração e acordos de cooperação. **7.** Arbitragem, mediação, dispute board e métodos alternativos de solução de conflitos. Consensualidade administrativa e autocomposição envolvendo a Administração Pública. **8.** Lei anticorrupção e acordos de leniência. **9.** LINDB (Lei 13.655/2018). Lei nº 13.655/2018; segurança jurídica, consequencialismo decisório, regime de transição, erro grosseiro, invalidação de atos e controle da Administração Pública. **10.** Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). Função Regulatória. Licitações Sustentáveis. Princípios. Fase do Planejamento. Contratação direta. Registro de Preços. Modalidades Licitatórias. Instrumentos auxiliares. Habilitação. Julgamento. Recursos. Adjudicação e homologação. Anulação e Revogação. **11.** Contratos da Administração, contratos administrativos e convênios. Contratos administrativos: noções gerais, elementos, características, prerrogativas da Administração, formalização, garantias, alocação de riscos, alteração, execução e inexecução. Alteração dos contratos e dos preços. Equilíbrio Econômico-Financeiro. Controle das contratações. Portal Nacional das Compras Públicas. **12.** Serviços públicos. Noções gerais. Princípios específicos. Competência da União, Estados e Municípios. Formas de execução. Delegação. Concessão. Permissão. Autorização. Parcerias Público-Privadas. Concessão Administrativa e Concessão Patrocinada. Gestão Associada dos Serviços Públicos. Poder Concedente, Concessionário e Usuários. **13.** Tarifa e Preço. Modelos Tarifários. Receitas alternativas, complementares, acessórias, projetos associados. Retomada do serviço. Encampação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. **14.** Desestatização. Privatização. Delegação. Terceirização. Participação. Consensualidade. Agentes e Órgãos reguladores. Características. A atividade de regulação. Deslegalização. Agências reguladoras. Controle da atividade regulatória. **15.** Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Domínio terrestre. terras devolutas. Terrenos de marinha. Domínio hídrico. Regime das águas. Domínio aéreo. Rodovias. Bens reservados e faixa de domínio. Compartilhamento de infraestrutura. Concessões urbanísticas. **16.** Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, concessão de direito real de uso, concessão de uso, cessão, permissão e autorização de uso, incorporação ao capital de sociedade, dação em pagamento, usucapião, investidura e concurso voluntário. **17.** Regime de bens das empresas estatais e das empresas prestadoras de serviços públicos. **18.** Poderes e Deveres dos Administradores Públicos. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Polícia administrativa. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Espécies de poder de polícia. Polícias de costumes e diversões; de comunicações; sanitária; de viação e trânsito; de comércio e indústria; de

profissões; ambiental e de segurança pública. Partilha constitucional da competência de polícia administrativa. **19.** Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco, parcelamento e edificação compulsórios. Desapropriação. **20.** Responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. Responsabilidade Civil das agências reguladoras. Noções gerais. Responsabilidade objetiva. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Atos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Instituições financeiras públicas e responsabilidade de seus administradores. **21.** Desapropriação. Noções gerais. Tipos constitucionais. Fundamentos. Objeto. Beneficiários. Desapropriação indireta, parcial e por zona. Direito de extensão. Procedimento administrativo. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocesso. **22.** Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Controle jurisdicional e autocontrole. Contencioso administrativo. Meios específicos do controle jurisdicional. Conciliação e arbitramento. **23.** Improbidade Administrativa. Tomada de Contas especial. Acordos de não persecução civil. **24.** Controle Judicial. Garantias e ações constitucionais dos administrados. Juridicidade. O controle de legalidade pelo habeas corpus, mandados de segurança individual e coletivo, habeas data, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública. **25.** Processo administrativo. Princípios constitucionais. Direito à transparência, informações e certidões. Requisições de processos. Direito de petição aos Poderes Públicos. **26.** Transparência pública, acesso à informação, proteção de dados pessoais e governo digital. Lei nº 12.527/2011, Lei nº 13.709/2018, princípios de tratamento de dados na Administração Pública, minimização, publicidade, sigilo, anonimização e responsabilidade administrativa. **27.** Administração Pública municipal. Estrutura político-administrativa do Município de Porto Alegre, regime jurídico dos servidores municipais e Lei Complementar Municipal nº 133/1985, no que couber. **28.** Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre. Lei Complementar Municipal nº 701/2012, atribuições institucionais, Centro de Estudos de Direito Municipal, atuação dos Procuradores Municipais, orientação e limites das atividades do residente jurídico. **29.** Processo administrativo no Município de Porto Alegre. Lei Complementar Municipal nº 992/2023 e Decreto Municipal nº 22.392/2023. Princípios, competência, motivação, impedimento, suspeição, intimações, provas, recursos, revisão, nulidades, direito de petição, transparência, informações e certidões. **30.** Poder de polícia municipal e políticas públicas municipais. Posturas, urbanismo, trânsito, meio ambiente, saúde, comércio, indústria, segurança urbana, municipalização de políticas públicas, participação popular, conselhos municipais, mobilidade urbana, acessibilidade, criança e adolescente, habitação e regularização fundiária. **31.** Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre/RS.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

1. Caracterização e posição do Direito Tributário no quadro do Direito. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. **2.** Sistema Tributário Nacional. Tributo: conceito, classificação, espécies. Sistema internacional tributário. Competência interna e externa: elementos de conexão. **3.** Princípios gerais do direito tributário. Normas, princípios e regras. Princípios constitucionais tributários. **4.** Controle da constitucionalidade da lei tributária. O controle incidental. A ação direta de inconstitucionalidade. A declaração de constitucionalidade. A eficácia do controle de constitucionalidade no tempo. **5.** O princípio da capacidade contributiva: progressividade, proporcionalidade, seletividade, universalidade e personalização. Isonomia tributária e proibição de desigualdade. Os princípios aplicáveis às taxas e às contribuições especiais. **6.** Os princípios de segurança jurídica. Legalidade tributária. Tipicidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

EQUIPE DE CONCURSOS - USI/DSP/SMAP

EDITAL DE ABERTURA 046/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

PROCESSO Nº 26.0.000071242-5

Anterioridade. Irretroatividade. **7.** Legislação tributária: conceito, vigência e aplicação. **8.** Lei ordinária, decreto e regulamento tributários. **9.** Normas complementares. **10.** Obrigação e crédito tributário. Obrigação principal e acessória. **11.** Fato gerador. O conceito de fato gerador e sua importância. Natureza jurídica: situações jurídicas e situações de fato. Fato gerador e hipótese de incidência. Evasão e elisão fiscal. Normas antielisivas. **12.** Fato gerador: classificação. Tempo do fato gerador. Lugar do fato gerador. d) Imunidade. Isenção, não incidência, anistia e remissão. **13.** Fato gerador: aspectos objetivos, espaciais e quantitativos. Base de cálculo e alíquota. **14.** Sujeito ativo e sujeito passivo. **15.** Sujeito ativo e delegação de competência. Modificação do sujeito ativo por desmembramento constitucional. Sujeito ativo e titularidade do produto de arrecadação do tributo. **16.** Sujeito passivo. Contribuinte e responsável. Solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário. **17.** Responsabilidade tributária dos sucessores, de terceiros e por infrações. **18.** Substituição tributária: modalidades. **19.** Lançamento e suas modalidades. **20.** Suspensão e extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. Garantias e privilégios do crédito tributário. **21.** Infrações e sanções em matéria tributária. A natureza das penalidades tributárias. **22.** Processo tributário judicial. Dívida Ativa. Execução fiscal. Medida Cautelar Fiscal. Mandado de segurança. Ações declaratórias, anulatórias e de consignação em pagamento. Medidas cautelares. Ação Rescisória. Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Privilégios. Contencioso fiscal. **23.** Processo Tributário Administrativo. Natureza. Princípios constitucionais aplicáveis. Conselho de Contribuintes. Consulta tributária. **24.** Imposto municipal sobre Serviços (ISS). Fato gerador e base de cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. **25.** ISS: conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Relações ente ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. **26.** Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). **27.** Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). **28.** Taxa municipal de coleta domiciliar de lixo. Contribuição de Iluminação Pública (CIP). **29.** Contribuição de melhoria. Contribuições sociais, econômicas e profissionais. Contribuições sociais dos Estados. Empréstimo compulsório. Contribuições ao Regime Geral de Previdência. Taxas. Preços públicos. Taxa judiciária, custas e emolumentos. **30.** Reforma Tributária. Emenda Constitucional nº 132/2023, Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto Seletivo, transição federativa, Comitê Gestor do IBS e Lei Complementar nº 214/2025. **31.** Direito Financeiro. Atividade financeira do Estado, receitas públicas, despesas públicas, orçamento público, crédito público, dívida pública e fiscalização financeira. **32.** Orçamento público. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, créditos adicionais, ciclo orçamentário, execução orçamentária e financeira. **33.** Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000. Responsabilidade fiscal, metas fiscais, riscos fiscais, renúncia de receita, despesa com pessoal, restos a pagar, operações de crédito, dívida consolidada, transparência fiscal e controle. **34.** Precatórios e requisições de pequeno valor. Regime constitucional de pagamento, inclusão orçamentária, preferência, sequestro, compensação quando cabível e controle judicial da execução contra a Fazenda Pública. **35.** Controle financeiro e orçamentário. Controle interno, controle externo pelo Legislativo e pelos Tribunais de Contas, prestação de contas, tomada de contas especial e responsabilização por irregularidades fiscais. **36.** Processo administrativo tributário municipal. Processo tributário municipal em Porto Alegre, consulta tributária, Conselho Municipal de Contribuintes e Código Tributário Municipal de Porto Alegre.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

EQUIPE DE CONCURSOS - USI/DSP/SMAP

EDITAL DE ABERTURA 046/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

PROCESSO Nº 26.0.000071242-5

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Direito processual. Conceito, natureza, posição enciclopédia, divisão. Fontes do direito processual. Normas fundamentais do processo. Princípios gerais do direito processual. Princípios processuais constitucionais. O acesso ao direito e à justiça. Constitucionalização do processo. Garantias fundamentais do processo. Lei processual civil: eficácia, aplicação e interpretação. Direito processual intertemporal. **2.** Jurisdição. Função jurisdicional. Conceito e natureza. Princípios. Distinção das outras funções do Estado. Estrutura judiciária nacional. Organização da Justiça Estadual e Federal. Competência. Conceito. Espécies. Critérios determinadores. Competência internacional e interna. Competência originária e recursal dos Tribunais (locais e superiores). Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições. Perpetuação da jurisdição. **3.** Meios adequados de solução dos conflitos. Negociação, mediação, conciliação e arbitragem. A Fazenda Pública e a autocomposição. **4.** Ação. Conceito. Natureza jurídica. Classificações e critérios identificadores. Tutela jurisdicional. Condições da ação. Elementos da demanda. Concurso e cumulação de ações. **5.** Processo. Noções gerais. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal. Questões prévias, preliminares e prejudiciais. Poderes, direitos, faculdade, deveres e ônus processuais. **6.** Sujeitos processuais. Juiz. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidade. Impedimentos e suspeição. Auxiliares da Justiça. **7.** Partes e procuradores. Deveres e responsabilidades. Das despesas, dos honorários e das multas. Capacidade e legitimação. Representação, substituição e sucessão processual. Ministério público. Defensoria Pública. Advogados. Advocacia pública. Direitos, deveres e formas de atuação. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. Representação judicial dos entes que integram a Administração Pública. **8.** Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus curiae. Intervenção das pessoas jurídicas de direito público. **9.** Atos e fatos jurídicos processuais. Conceito. Classificações. Atos das partes. Atos do Juiz. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Preclusão. Prescrição. Nulidades. **10.** Negócios jurídicos processuais. Processo eletrônico. **11.** Da formação, suspensão e extinção do processo. **12.** Procedimento comum. Petição inicial. Pedido. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Resposta do réu. Contestação. Reconvenção. Inércia processual: contumácia e revelia. Ação declaratória incidental. Incidentes processuais. **13.** Tutela provisória. Classificação. Pressupostos. Tutela antecipada. Tutela cautelar. Tutela de urgência incidental e antecedente. Estabilização da tutela antecipada. Tutela da evidência. Tutela provisória nos tribunais. Tutela provisória e a Fazenda Pública. **14.** Suspensão de segurança. Suspensão de liminar e de sentença contrárias ao Poder Público. Cabimento e restrições à concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública. **15.** Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento antecipado do mérito. Julgamento antecipado parcial do mérito. Saneamento e organização do processo. **16.** Direito probatório. Princípios e disposições gerais sobre a prova. Ônus da prova. Fatos que independem de prova. Poderes instrutórios do juiz. Prova emprestada. Regras de experiência. Produção antecipada de prova. Depoimento pessoal. Confissão. Prova documental. Exibição de documento ou coisa. Arguição de falsidade documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Exame e valoração da prova. Audiência de instrução e julgamento. Alegações finais. **17.** Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Capítulos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. Erro material. Coisa julgada. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Limites subjetivos e objetivos. **18.** Meios de impugnação do julgado. Teoria geral dos recursos. Princípios. Efeitos. Classificação.

Admissibilidade e mérito. Espécies. Disposições gerais. Ordem dos processos nos tribunais. Homologação de decisão estrangeira e concessão do exequatur à carta rogatória. Recursos ordinários. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo Interno e Agravo Regimental. Embargos de declaração. Remessa necessária. Ação rescisória. Ação anulatória. **19.** Recursos para os tribunais superiores. Recurso ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário. Embargos de Divergência. **20.** Precedentes e casos repetitivos. Força vinculante da jurisprudência. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. Reclamação. Súmulas. **21.** Súmula vinculante. Modulação temporal da jurisprudência. **22.** Liquidação de sentença. Espécies. Procedimento. **23.** Cumprimento da sentença. Disposições gerais. Cumprimento provisório. Cumprimento definitivo de obrigação de pagar quantia certa. Cumprimento de obrigação de prestar alimentos. Cumprimento de obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa. **24.** Execução. Teoria geral. Princípios. Disposições gerais. Espécies. Competência. Legitimidade. Título executivo. Responsabilidade patrimonial. Fraudes patrimoniais. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Execução de título extrajudicial. Penhora. Avaliação. Expropriação. **25.** Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública. Execução de título extrajudicial contra a Fazenda Pública. Procedimento. Precatório. Requisição de pequeno valor. Execução fiscal. Medida Cautelar Fiscal. Defesas do executado: embargos à execução, impugnação ao cumprimento e exceção de pré-executividade. Embargos à execução fiscal. Embargos de terceiro. **26.** Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Teoria geral. Características. Procedimentos em espécie. Procedimentos especiais na legislação extravagante. Jurisdição voluntária. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Disposições gerais. Procedimentos em espécie. **27.** O processo civil no controle da constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Representação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Ações Civis Constitucionais. **28.** Juizados Cíveis e Juizado Federal. Juizados Especiais da Fazenda Pública. **29.** Teoria dos precedentes. Dever de coerência. Argumentação Jurídica.

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação, integração, conflito de leis no tempo e no espaço. Disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do Direito Público. **2.** Pessoas naturais. Personalidade, capacidade, direitos da personalidade, nome, estado, domicílio, ausência e Estatuto da Pessoa com Deficiência. **3.** Pessoas jurídicas. Classificação, constituição, administração, representação, responsabilidade, desconsideração da personalidade jurídica, associações, fundações, sociedades e pessoas jurídicas de direito público e privado. **4.** Bens. Classificação, bens móveis e imóveis, fungíveis e infungíveis, consumíveis e inconsumíveis, divisíveis e indivisíveis, singulares e coletivos, principais e acessórios, públicos e particulares. **5.** Fatos jurídicos, atos jurídicos e negócios jurídicos. Existência, validade e eficácia. Representação, condição, termo, encargo, forma, prova e interpretação dos negócios jurídicos. **6.** Defeitos do negócio jurídico. Erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores. Invalidade, nulidade, anulabilidade, conversão e conservação dos negócios jurídicos. **7.** Atos ilícitos, abuso de direito, boa-fé objetiva, função social, enriquecimento sem causa, pagamento indevido e responsabilidade civil. **8.** Prescrição e decadência. Prazos, causas impeditivas, suspensivas e interruptivas. Prescrição contra a Fazenda Pública e repercussões em demandas envolvendo o Poder Público. **9.** Obrigações. Modalidades, transmissão, adimplemento, inadimplemento, mora, perdas e danos, juros, correção monetária, cláusula penal, arras,

pagamento, consignação, sub-rogação, imputação e novação. **10.** Contratos em geral. Formação, interpretação, princípios contratuais, função social, boa-fé objetiva, revisão, resolução, extinção e responsabilidade contratual. Contratos em espécie: compra e venda, doação, locação, comodato, mútuo, prestação de serviços, empreitada, mandato, seguro, fiança e transação. **11.** Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Pressupostos, dano material, dano moral, dano coletivo, nexo causal, culpa, risco, responsabilidade objetiva, excludentes de responsabilidade e dever de indenizar. **12.** Direitos reais. Posse, propriedade, aquisição e perda da propriedade, função social, condomínio, direitos de vizinhança, superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito real de laje, direitos reais de garantia e usucapião. **13.** Direito de família e sucessões: noções gerais de casamento, união estável, filiação, alimentos, tutela, curatela, sucessão legítima e testamentária, inventário e partilha, quando relacionados à atuação consultiva ou contenciosa do Poder Público. **14.** Direito Civil aplicado ao Município. Registros públicos, escritura pública, propriedade imobiliária, loteamentos, regularização dominial e repercussões civis da regularização fundiária. **15.** Direito Civil e Administração Pública. Contratos privados da Administração, responsabilidade de particulares perante o Município, reparação civil de danos ao erário, cobrança extrajudicial e judicial de créditos não tributários e direitos da personalidade/proteção de dados em relações com a Administração Pública.